

Nova 364 reúne setores público e do transporte para tratar do MDF-e

A Nova 364 promoveu nesta terça-feira, 30, na sede da concessionária em Porto Velho, uma importante reunião institucional com representantes do setor de transportes e do poder público para ampliar o diálogo e fortalecer as ações de conscientização sobre o encerramento correto do Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e).

O encontro foi conduzido pelo diretor-presidente da Nova 364, Wagner Martins, e contou com a participação de representantes das áreas Jurídica, Regulatória e de Relações Institucionais da Concessionária, além de entidades de classe ligadas ao transporte de cargas, representantes públicos do município de Vilhena, parlamentares federais e demais lideranças envolvidas diretamente com o setor.

Leia mais na **pág. 03**



Encontro reuniu representantes do transporte e do poder público para reforçar orientações sobre a baixa do MDF-e após a descarga de mercadorias.

Eleições 2026:
saiba o que é
proibido no dia
da votação

PÁG. 02



Alex Redano
reúne atuação em
reservas,
mototaxistas e
economia de
Rondônia

PÁGINA 03

**MPRO e Defensoria Pública ajuízam
ação contra clínica odontológica
por práticas abusivas contra
consumidores**

PÁGINA 05



**TCE manda suspender
licitação da Sesau para
resíduos hospitalares em
Rondônia**

PÁGINA 04

**Psicólogo denunciado
pelo MPRO é investigado
por crimes sexuais**



O MPRO apresentou denúncia contra um psicólogo e líder religioso por crimes sexuais contra mulheres.

PÁGINA 07

Eleições 2026: saiba o que é proibido no dia da votação

Com a proximidade do primeiro turno das eleições, marcado para domingo (4), surgem dúvidas sobre o que os eleitores podem ou não fazer durante a votação. A venda de bebidas alcoólicas, a distribuição de santinhos, o uso de camisetas de candidatos e a utilização do celular na cabine estão entre os assuntos que exigem atenção.

O analista de Segurança Pública Elijonas Maia esclareceu as principais regras previstas na legislação eleitoral e explicou quais condutas podem resultar em punições.

Lei seca: pode beber no dia da eleição?

Não existe uma regra nacional única que proíba a venda e o consumo de bebidas alcoólicas durante as eleições. Segundo Elijonas Maia, a chamada lei seca eleitoral pode ser estabelecida por autoridades locais, conforme a regulamentação de cada estado ou município.

Por isso, as restrições podem variar de uma região para outra. A orientação é consultar os comunicados oficiais das autoridades locais para verificar se haverá alguma proibição no dia da votação.

Distribuir santinhos e pedir votos é crime?

A distribuição de santinhos com pedido de voto no dia da eleição configura boca de urna, prática proibida pela legislação eleitoral. A vedação também abrange abordagens e tentativas de convencer eleitores a votar em determinado candidato.

Outra conduta irregular é o derramamento de material de propaganda eleitoral nas

proximidades dos locais de votação. A prática pode resultar em responsabilização, conforme as circunstâncias do caso.

Pode usar camiseta de candidato?

O eleitor pode manifestar individualmente sua preferência política por meio de camisetas, broches, adesivos ou bandeiras de candidatos e partidos.

A restrição está na realização de manifestações coletivas ou organizadas, com pessoas reunidas ou uniformizadas para promover uma candidatura. Esse tipo de ação pode caracterizar propaganda eleitoral irregular.

Nas redes sociais, também é necessário observar as regras. Segundo Maia, não é permitido fazer novos pedidos de voto ou publicar propaganda eleitoral no dia da eleição. Conteúdos de propaganda divulgados anteriormente podem continuar disponíveis, desde que respeitadas as normas eleitorais.

Eleitores e candidatos podem ser presos?

A legislação estabelece restrições à prisão de eleitores no período eleitoral. Como regra, eles não podem ser presos desde cinco dias antes da eleição até 48 horas depois do encerramento da votação,



Lei seca, distribuição de santinhos, uso de celular na cabine e regras para manifestações políticas estão entre as principais dúvidas dos eleitores.

salvo em casos de flagrante delito, condenação por crime inafiançável ou desrespeito a salvo-conduto.

Para candidatos, a proteção começa 15 dias antes da eleição e se estende até 48 horas após o encerramento da votação, também com as exceções previstas em lei.

Pode levar celular para votar?

O eleitor não pode entrar na cabine de votação com o celular ou outros equipamentos que comprometam o sigilo do voto. Antes de se dirigir à cabine, deve deixar o aparelho desligado com os mesários, no local indicado pela mesa receptora.

Caso se recuse a entregar o dispositivo, o eleitor não poderá entrar na cabine para votar, e a ocorrência poderá ser registrada em ata, com acio-

namento da polícia, conforme explicou Maia.

Uma alternativa permitida é levar uma colinha em papel com os números dos candidatos escolhidos, o que pode ajudar a evitar erros na hora de digitar os votos na urna eletrônica.

Como denunciar irregularidades?

Eleitores que presenciarem possíveis irregularidades eleitorais podem registrar denúncias pelo aplicativo Pardal, disponibilizado pela Justiça Eleitoral.

A ferramenta permite encaminhar informações e evidências, como fotos, vídeos, áudios e links relacionados à ocorrência. A orientação é registrar os fatos sem confrontar diretamente os envolvidos e deixar a apuração a cargo das autoridades competentes.



DIÁRIO RO
diarioro.com.br

Empresa Jornalística Voz Regional
CNPJ: 10.483.593/0001-48
Fundado em 19 de Novembro de 2008

Rua General Osório, 243 - Centro
CEP: 76801-086 - Porto Velho - Rondônia

Jornalismo
(69) 3224-2485
jornalismo.diarioro@gmail.com

REDAÇÃO
Rua General Osório, 243,
Centro - Porto Velho - RO

Redação
diarioderondonia@gmail.com

Comercial
vozregionaladm@gmail.com
(69) 99264-1811

Os artigos e matérias são de responsabilidade dos seus autores e não refletem a opinião do veículo.

Nova 364 reúne setores público e do transporte para tratar do MDF-e

A Nova 364 promoveu nesta terça-feira, 30, na sede da concessionária em Porto Velho, uma importante reunião institucional com representantes do setor de transportes e do poder público para ampliar o diálogo e fortalecer as ações de conscientização sobre o encerramento correto do Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e).

O encontro foi conduzido pelo diretor-presidente da Nova 364, Wagner Martins, e contou com a participação de representantes das áreas Jurídica, Regulatória e de Relações Institucionais da Concessionária, além de entidades de classe ligadas ao transporte de cargas, representantes públicos do município de Vilhena, parlamentares federais e demais lideranças envolvidas diretamente com o setor.

A reunião teve como principal objetivo ampliar o apoio à campanha desenvolvida pela Nova 364 para orientar os caminhoneiros sobre a importância de realizar a baixa do MDF-e imediata-



mente após a conclusão da operação de transporte e da descarga da mercadoria.

A campanha ocorre no período de 18 de setembro a 16 de novembro de 2026 e busca ampliar a conscientização dos transportadores sobre a importância do encerramento imediato do manifesto, contribuindo para a correta identificação das condições de circulação dos veículos e dos eixos suspensos na BR-364.

Durante o encontro, foi destacada a importância da adesão dos caminhoneiros e do apoio conjunto das entidades representativas, empresas transportadoras, lideranças públicas e parlamentares para ampliar o alcance das orien-

tações em todo o Estado.

A expectativa é que, ao longo da campanha, haja uma evolução significativa na adesão ao encerramento imediato do MDF-e. Com isso, a Nova 364 pretende realizar, em breve, uma nova aferição dos dados para avaliar os resultados das ações de conscientização e o comportamento dos transportadores durante o período.

Para a Concessionária, a integração entre o setor produtivo, entidades de classe e o poder público é fundamental para consolidar uma mudança de comportamento e tornar a baixa imediata do manifesto uma prática cada vez mais presente na rotina dos caminhoneiros.

A iniciativa integra as ações de orientação da Nova 364 voltadas à ampliação da informação, da transparência e da segurança aos usuários da BR-364, especialmente aos profissionais do transporte de cargas que utilizam diariamente a rodovia.

Alex Redano reúne atuação em reservas, mototaxistas e economia de Rondônia

CPI das Reservas Ambientais

Instalada em abril de 2023, a CPI das Reservas Ambientais teve como objetivo investigar possíveis irregularidades na criação de 11 unidades de conservação em Rondônia no decorrer de a gestão do então governador Confúcio Moura. Redano presidiu a comissão, que reuniu depoimentos, documentos e análises técnicas ao longo de aproximadamente dois anos.

O relatório final foi apresentado em março de 2025 e posteriormente aprovado em sessão da Assembleia por 17 votos favoráveis e nenhum contrário. O documento tratou das circunstâncias relacionadas à criação das unidades e ainda dos contratos firmados com empresas ligadas ao mercado de créditos de carbono.

Em junho de 2025, Redano entregou o relatório ao Tribunal de Justiça de Rondônia. Segundo a Alero, o documento reuniu provas, depoimentos e análises técnicas produzidas no decorrer de a investigação.

Lei para mototaxistas

Outra frente de atuação ocorreu no transporte de passageiros por motocicletas. Em 8 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei nº 5.956/2025, de autoria de Redano, que revogou a Lei nº 5.882/2024,

relacionada ao transporte de passageiros por aplicativo prestado por motocicletas em Rondônia. A norma consta no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo da própria Assembleia.

Segundo informações divulgadas pela Assembleia, a mudança foi apresentada como uma medida de segurança jurídica para os mototaxistas e alcançaria mais de 10 mil profissionais. A legislação passou a integrar o conjunto de normas estaduais aplicáveis ao serviço.

Economia, tributos e setor produtivo

Em maio de 2026, a Alero apresentou o Fórum Permanente de Desenvolvimento Econômico e Tributário do Estado de Rondônia (Fordetro), instituído pelo Ato nº 015/2025-MD/ALE e vinculado à Presidência da Casa. A proposta é manter um espaço de diálogo entre o Legislativo, o setor produtivo e instituições técnicas.

Entre os participantes dos debates estão empresários, representantes do Tribunal de Contas do Estado, Secretaria de Estado de Finanças e especialistas em economia. Os encontros abordam temas como tributação, infraestrutura, logística, regularização fundiária e entraves ao desenvolvimento.



A atuação de Alex Redano (Republicanos) na Assembleia Legislativa de Rondônia (Alero) inclui frentes relacionadas a produtores rurais.

O objetivo declarado é permitir maior participação técnica antes da tramitação de propostas que possam produzir efeitos sobre empresas e atividades econômicas no estado.

As iniciativas documentadas apontam frentes distintas da atuação parlamentar de Alex Redano: a investigação sobre a criação de unidades de conservação, a legislação relacionada aos mototaxistas e a articulação de debates econômicos e tributários.

No caso da CPI das Reservas, o relatório foi encaminhado a órgãos de fiscalização depois de a conclusão dos trabalhos. Já no campo econômico, o fórum criado pela Assembleia passou a funcionar como espaço institucional para discussão de propostas e impactos sobre o setor produtivo.

TCE manda suspender licitação da Sesau para resíduos hospitalares em Rondônia

O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO) determinou, na segunda-feira (28), a suspensão imediata da licitação da Secretaria de Estado da Saúde (Sesau) para contratação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos das unidades estaduais de saúde. A medida foi adotada após a identificação de possíveis falhas no planejamento, na composição dos custos e nas condições previstas para execução do serviço.

Em decisão monocrática no processo nº 2726/2026, o conselheiro-relator Jailson Viana de Almeida determinou ao secretário de Estado da Saúde, Edilton Oliveira dos Santos, que interrompa o Pregão Eletrônico nº 90204/2025/SUPEL/RO até nova deliberação da Corte. A suspensão impede



Análise preliminar aponta indícios de falhas no orçamento, na logística e na transição contratual; secretário deve comprovar suspensão em dois dias úteis, sob pena de sanções.

o prosseguimento de atos como julgamento de propostas, habilitação, adjudicação, homologação, contratação e emissão de ordem de serviço.

A apuração teve origem em denúncia apresentada pela empresa Ecofort Engenharia Ambiental Ltda., que questionou a suficiência dos estudos e das informações disponibilizadas no edital para que as empresas interessadas

pudessem calcular os custos e formular suas propostas. Entre os pontos levantados estão a falta de detalhamento das despesas de operação da frota, dúvidas sobre as condições logísticas e o dimensionamento das quantidades estimadas de resíduos.

A empresa também contestou o modelo de remuneração exclusivamente por quilograma de resíduo, considerando a necessidade

de manter uma estrutura operacional permanente. Outros questionamentos envolvem os custos de mão de obra, a composição dos preços estimados, o armazenamento e a conservação dos resíduos do Subgrupo A3 e as exigências de qualificação técnica.

Segundo a análise técnica do TCE-RO, também existem dúvidas sobre o planejamento da transição entre o contrato atualmente vigente, nº 343/PGE-2021, e a futura contratação.

A equipe de controle externo apontou possíveis deficiências no orçamento, especialmente nos custos operacionais da frota, além da ausência de parâmetros considerados suficientes para o planejamento logístico dos serviços.

Diante dos apontamentos, a Coordena-

doria Especializada de Controle Externo recomendou a suspensão do pregão. O relator considerou que os questionamentos apresentados justificam o aprofundamento da apuração e que a continuidade da licitação poderia dificultar a análise dos possíveis problemas identificados.

A Sesau deverá comprovar ao Tribunal a suspensão do procedimento em até dois dias úteis após o recebimento da decisão. Em até 15 dias, também deverá encaminhar documentos relacionados à contratação, incluindo estudos técnicos, termo de referência, pesquisas de preços, memórias de cálculo, planilhas orçamentárias e manifestações técnicas e jurídicas.

O secretário poderá apresentar esclarecimentos no mesmo prazo.

Justiça manda reforçar policiamento na Resex Jaci-Paraná

A Justiça Federal determinou o reforço da Polícia Militar na Reserva Extrativista Jaci-Paraná, em Rondônia, após o Ministério Público Federal (MPF) relatar ameaças contra famílias que vivem na unidade.

A decisão, assinada em 18 de setembro, estabeleceu incursões até a audiência de justificação e acompanhamento marcada para esta segunda-feira (28). A ordem inclui coleta de informações sobre riscos aos moradores e movimentações que indiquem

ameaças.

Segundo o MPF, as denúncias recebidas em agosto incluem ameaças de morte, expulsões, destruição de casas e disparos atribuídos à atuação de pistoleiros. Há relatos de pessoas que teriam sofrido ferimentos por tiros.

O órgão pediu que a fiscalização priorize o entorno das comunidades e que o patrulhamento permaneça durante as operações e por pelo menos 30 dias após seu encerramento, além de rondas para prevenir retalia-

ções. O MPF também solicitou que a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam), com apoio da Polícia Militar Ambiental, realize uma operação em até 30 dias. O pedido prevê autuações, embargos, sanções e demolição de currais, cercas e galpões usados na pecuária sem autorização. As residências e os locais de moradia e trabalho das famílias extrativistas devem ser preservados.

Informações do processo apontam cerca de 165 mil cabeças



MPF relata ameaças a extrativistas e pede fiscalização da pecuária e proteção às comunidades.

de gado na reserva, apesar de decisão que determinou a retirada dos animais. O MPF cita uma inspeção do Supremo Tribunal Federal, em maio de 2026, que identificou

rebanhos e estruturas da pecuária na região. A manifestação pede que Rondônia apresente, em 15 dias, documentos sobre o cumprimento do plano de remoção do gado.

Inscrições estão abertas para passeio gratuito de Kalamazoo

Quem deseja conhecer um pouco da história de Porto Velho de uma forma diferente já pode garantir uma vaga para o passeio gratuito de Kalamazoo. As reservas estão disponíveis pelo aplicativo PVH+ e são necessárias para participar da atividade.

O passeio será realizado nesta sexta-feira (2), das 9h30 às 11h30, com saída do Casarão dos Ingleses em direção à Igrejinha de Santo Antônio. O percurso terá aproximadamente um quilômetro pelos trilhos da região histórica.

A Kalamazoo terá

capacidade para oito passageiros por viagem. No dia da atividade, será necessário apresentar o agendamento realizado pelo PVH+, que será conferido pela equipe antes do embarque. Também haverá atendimento presencial para esclarecimentos e chamada dos passageiros.

A idade mínima para participação é de 13 anos. Crianças e adolescentes dentro da faixa permitida deverão estar acompanhados por um adulto responsável. Por se tratar de um equipamento histórico, o embarque exige a subida de degraus, o que gera

restrições de acessibilidade.

A atividade faz parte das ações de valorização do patrimônio histórico e busca proporcionar uma experiência turística e cultural entre dois importantes espaços da região.

O secretário executivo de Turismo da Semtel, Aleks Palitot, convida a população a participar. “É uma oportunidade de conhecer nossa história de uma forma diferente. As vagas são gratuitas e a reserva é feita pelo PVH+, permitindo que moradores e visitantes possam viver



Passeio acontece nesta sexta-feira (2), das 9h30 às 11h30, com percurso de 1 km pelos trilhos entre o Casarão dos Ingleses e a Igrejinha de Santo Antônio.

essa experiência”.

Para o prefeito Léo Moraes, o passeio também contribui para aproximar a população do patrimônio da capital. “Queremos que

as pessoas conheçam, valorizem e vivenciem a história de Porto Velho. O Kalamazoo proporciona esse encontro com a nossa memória de uma maneira muito especial”.

MPRO e Defensoria Pública ajuízam ação contra clínica odontológica por práticas abusivas contra consumidores

O Ministério Público de Rondônia (MPRO) e a Defensoria Pública do Estado de Rondônia (DPE-RO) ajuizaram Ação Civil Pública contra a empresa responsável por uma franquia de serviços odontológicos em Porto Velho. A ação, assinada em 24 de setembro, aponta possíveis práticas abusivas em contratos e cobranças de tratamentos.

Segundo as insti-

tuições, a investigação começou após consumidores relatarem tratamentos não concluídos, possíveis danos decorrentes de procedimentos e cobranças por serviços que não teriam sido realizados.

A ação também questiona a exigência de assinatura antecipada do chamado “Termo de Conclusão de Tratamento” e a utilização de contratos padronizados.

Dados apresentados no processo apontam que a empresa teve 1.247 processos judiciais em tramitação como autora e outros 2.380 já baixados, relacionados a cobranças. O MPRO e a DPE-RO afirmam que o volume de ações motivou o aprofundamento da apuração.

Antes da ação, foram realizadas tentativas de solução consensual. A Defensoria também promoveu, em janeiro, o “Mutirão Nome Limpo”, que resultou em acordos individuais em dezenas de processos, mas novas reclamações continuaram sendo registradas.

Entre os pedidos apresentados à Justiça estão a suspensão de ações de cobrança relacionadas aos contratos, a proibição de

novas cobranças com base nas cláusulas questionadas e o fim da exigência antecipada do termo de conclusão. As instituições também pedem que consumidores não sejam incluídos em cadastros de proteção ao crédito pelos débitos nas situações descritas na ação.

No julgamento definitivo, MPRO e DPE-RO pedem a declaração de nulidade das cláusulas consideradas abusivas, além do ressarcimento de eventuais danos materiais e indenização por danos morais coletivos. Os pedidos ainda serão analisados pelo Poder Judiciário.

Consumidores que se considerem prejudicados podem procurar advogado, a Defensoria Pública ou o Ministério Público

para obter orientação. É recomendável apresentar documentos como contratos, boletos, conversas por aplicativos, fotografias e laudos ou avaliações odontológicas que possam comprovar os prejuízos alegados.

Para os consumidores que tiveram problemas com tratamentos ou cobranças, a ação representa uma possibilidade de buscar esclarecimentos e eventual reparação pelos prejuízos comprovados. Os interessados devem reunir documentos que comprovem a contratação, os pagamentos e os problemas relatados para apresentar às instituições responsáveis pelo atendimento. A documentação será utilizada para avaliar cada caso e orientar os consumidores sobre as medidas cabíveis.



Ação aponta possíveis abusos em contratos e cobranças por tratamentos odontológicos.

PF deflagra operação para apurar irregularidades em contratações em Guajará-Mirim

A Polícia Federal deflagrou nesta quinta-feira (1/10) a Operação Placa Marcada, com o objetivo de apurar possíveis irregularidades em contratações realizadas no âmbito de uma secretaria municipal em Guajará-Mirim, em Rondônia. Durante a ofensiva, foram cumpridos três mandados de busca e apreensão expedidos no curso do inquérito policial que investiga o suposto direcionamento na contratação de empresa especializada em serviços de regularização e emplacamento de frotas e veículos.

As investigações tiveram início depois de o recebimento de denúncias e informações detalhadas sobre os acordos firmados, que somaram aproximadamente noventa e um mil e setecentos reais. No decorrer das diligências preliminares, os investigadores identificaram elementos que apontam para um possível vínculo estreito entre particulares contratados e agentes ligados à administração pública municipal na época em que os fatos ocorreram.

O cumprimento dos mandados tem como finalidade principal a apreensão de documentos oficiais, dispositivos eletrônicos, registros financeiros e outros meios de prova que possam esclarecer a extensão das supostas irregularidades contratuais. Todo o material arrecadado será submetido à análise pericial da Polícia

Federal.

O inquérito policial prossegue nos próximos dias para aprofundar a apuração das responsabilidades individuais e coletivas dos envolvidos no esquema investigado, que podem responder por crimes contra a administração pública.



Apreensão expedidos no curso do inquérito policial que investiga o suposto direcionamento na contratação de empresa especializada em serviços de regularização.



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - RO

EXTRATO DO 14º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 001 /PJM/2019.

PROCESSO: 1-606/SEMED/2018.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO-RO.
CONTRATADA: JES TRANSPORTES LTDA, pessoa jurídica de direito privado com inscrição no CNPJ sob nº18.268.594/0001-81, situada na rua situada na Rua Lírio nº 2806 - Sala Comercial, Bairro Jardim Primavera no município de Alto Paraíso/RO.

DO OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar, de responsabilidade do Município, discriminado da seguinte forma: LOTE 01: realizará um percurso de 13.643,7KM/21/DIAS, no valor de R\$12,73 (doze reais e setenta e três centavos) o KM/DIA, totalizando o valor de R\$: 173.684,30 (cento e setenta e três mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e trinta centavos), distribuídos em 14 rotas no período matutino vespertino conforme planilha de serviço e notas de empenho.

DA VIGENCIA: O período para execução dos serviços previstos no presente termo aditivo, atenderá o calendário escolar do ano de 2026, por um período de aproximadamente de 21 dias letivos conforme calendário escolar.

DO VALOR: O valor total do objeto deste termo aditivo é de R\$: 173.684,30 (cento e setenta e três mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e trinta centavos), conforme nota de empenho. O pagamento será efetuado mensalmente, até o dia 10 do mês subsequente, de acordo com a quilometragem constante no cronograma de execução dos serviços.

DA EXECUÇÃO FINANCEIRA: A despesa com a execução do presente contrato correrá a conta de Créditos Orçamentários consignados no Orçamento do Município pelas seguintes classificações orçamentárias; Projeto atividade: 12.361.0003.2009.000 - Elementos de despesa nº 3.3.90.39.00 - Fonte: Recurso Próprio, ficha: 120.

DA RATIFICAÇÃO: Ficam integralmente ratificadas todas as demais cláusulas do contato original que expressa ou implicitamente, não conflitem com as disposições deste termo.

O Contrato em sua íntegra encontra-se no portal; <http://www.altoparaíso.ro.gov.br/> e <http://www.diariomunicipal.com.br/arom/>, Código Identificador: 24F40BD2, data de circulação 02/10/2026.

Alto Paraíso/RO, 30 de setembro de 2026.

JOÃO PAVAN
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D OESTE



ATO AVISO DE LICITACAO

Prefeitura de São Felipe D Oeste-RO Pregão Eletrônico N: 31/2026. Tipo: Menor Preço por item. Processo Administrativo: 479/2026; AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS: ESCOLA GEONE SILVA FERREIRA LOCALIZADA NA SEDE DE SÃO FELIPE D'OESTE E A ESCOLA ORLINDO GONÇALVES DA ROCHA LOCALIZADA NO DISTRITO DE NOVO PARAÍSO. CONVÊNIO Nº 105/SEDUC/PGE/2026. VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 210.900,00 Fase de disputa no dia 21/10/2026 as 09h:00min horário de Brasília - DF. Disponibilidade do Edital: Consulta nos endereços www.saofelipe.ro.gov.br ou www.licitanet.com.br. Outras informações: 6934451102 ou email cpl@saofelipe.ro.gov.br.

São Felipe D'Oeste, dia 01 de outubro de 2026.

Silmar Rodrigues da Silva
Pregoeiro



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - RO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 044/PJM/2025.

PROCESSO: 1-3648/SEMAF/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RO.

CONTRATADA: PÚBLICA SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 04.804.931/0001-01, localizado na Avenida Canaã, nº 2828, Setor 01, do Município de Ariquemes – RO.

DA PRORROGAÇÃO: Esse termo tem por objeto, a PRORROGAÇÃO da prestação dos serviços de informatização e locação de sistema da Gestão Pública Municipal do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Município de Alto Paraíso/RO, serviços considerados contínuos, prorrogando-os, pelo prazo de 12 (doze) meses, serviços detalhados no Processo administrativo 1-3648/2026, que é parte integrante desse contrato.

DA MANUTENÇÃO DOS VALORES CONTRATADOS: O valor global do presente contrato é de R\$ 432.000,00 (quatrocentos e trinta e dois mil reais), sendo 12 (doze) parcelas mensais, de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) sendo provenientes Recursos Próprios, assim distribuídos: R\$ 376.012,80 (trezentos e setenta e seis mil, doze reais e oitenta centavos), correspondentes à prestação de serviços junto ao Poder Executivo Municipal, no valor mensal de R\$ 31.334,40 (trinta e um mil, trezentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos); R\$ 55.987,20 (cinquenta e cinco mil, novecentos e oitenta e sete reais e vinte centavos), correspondentes à prestação de serviços junto à Câmara Municipal, no valor mensal de R\$ 4.665,60 (quatro mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos).

DA RATIFICAÇÃO: Ficam integralmente ratificadas todas as demais cláusulas do contrato original que, expressa ou implicitamente, não conflitem com as disposições deste termo. O Contrato em sua íntegra encontra-se no portal; <http://www.altoparaíso.ro.gov.br/> e <http://www.diariomunicipal.com.br/arom/>, Código Identificador: 31E829E4, data de circulação 02/10/2026.

Alto Paraíso/RO, 01 de Outubro de 2026.

JOÃO PAVAN
PREFEITO MUNICIPAL

Psicólogo denunciado pelo MPRO é investigado por crimes sexuais

O Ministério Público de Rondônia (MPRO) apresentou à Justiça, nesta segunda-feira (28), denúncia contra um psicólogo que também atua como líder religioso.

O caso envolve acusações de crimes sexuais contra mulheres que frequentavam o espaço de culto e recebiam atendimento profissional do investigado. Ele está preso desde 15 de setembro.

Segundo as apurações, o homem teria se aproveitado da relação com as mulheres nas consultas e no exercício da liderança religiosa para cometer os crimes. A denúncia foi apresentada pela Promotoria de Justiça de Violência Doméstica da Capital. O relato divulgado não informa se a Justiça já recebeu a acusação.

Após as autoridades tomarem conhecimen-

to do primeiro caso, outras mulheres procuraram a Polícia Civil e o Ministério Público para relatar abusos. Os depoimentos contribuíram para o avanço da investigação e para as providências que antecederam a apresentação da denúncia.

As mulheres receberam atendimento no Núcleo de Assistência às Vítimas (Navit), do MPRO, onde foram ouvidas e tiveram aces-



O MPRO apresentou denúncia contra um psicólogo e líder religioso por crimes sexuais contra mulheres.

so a acompanhamento psicológico. O serviço oferece acolhimento e suporte durante o andamento do caso.

Denúncias levam policiais militares ao 'Disque Drogas' e prende suspeito

Um apartamento localizado na Avenida Brasil, entre as ruas T-1 e T-2, em Ji-Paraná, foi apontado pela Polícia Militar como local utilizado para armazenar entorpecentes. No imóvel, os policiais encontraram aproximadamente 12,3 quilos de skank, três balanças, uma câmera de segurança e rolos de filme plástico.

As buscas tiveram continuidade e levaram as equipes até uma residência na Rua Rio Urupá, no bairro Orleans. No endereço, foram localizados cerca de 3,9 quilos de pasta base de cocaína, divididos em tabletes, além de um aparelho celular.

Eduardo Baía Silva, de 26 anos, conhecido como "Dudu", foi localizado durante a operação e recebeu voz de prisão. Segundo a Polícia Militar, ele teria admitido ser o proprietário das drogas apreendidas. Ainda conforme o relato policial, o suspeito afirmou trabalhar para a facção

Comando Vermelho.

A ocorrência teve início depois que foram recebidas denúncias sobre a utilização de uma motocicleta Honda CB 300 amarela para entregas de drogas. As informações repassadas à polícia indicavam que os pedidos seriam recebidos por meio de um sistema de "disque-drogas".

De acordo com a PM, o apartamento da Avenida Brasil seria utilizado tanto para o armazenamento quanto para a comercialização dos entorpecentes. Os pagamentos, segundo o relato atribuí-

do ao suspeito, seriam realizados por conta bancária ou chave Pix vinculada à organização criminosa.

Além dos mais de 16 quilos de drogas, foram recolhidos os equipamentos e materiais encontrados nos dois imóveis. A motocicleta mencionada nas denúncias como veículo empregado nas entregas também foi apreendida.

Após a prisão, Eduardo Baía Silva foi encaminhado à Unisp e permaneceu à disposição da autoridade policial. O caso seguirá sob investigação.



Polícia apreendeu mais de 16 quilos de drogas em dois imóveis e prendeu suspeito apontado como responsável pelo material.



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - RO

13º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 004 /PJM/2019.

PROCESSO: 1-606/SEMED/2018.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ALTO PARAISO-RO.
CONTRATADA: JES TRANSPORTES LTDA, pessoa jurídica de direito privado com inscrição no CNPJ sob nº18.268.594/0001-81, situada na Rua Lírio nº 2806 - Sala Comercial, Bairro Jardim Primavera no município de Alto Paraíso/RO.

DA VIGENCIA: O período para execução dos serviços previstos no presente termo aditivo, atenderá o calendário escolar do ano de 2026, por um período de aproximadamente 21 dias letivos conforme calendário escolar.

DO VALOR: O valor total do objeto deste contrato é de: R\$:13,97 (treze reais e noventa e sete centavos) o KM/DIA, totalizando o valor de R\$: 291.052,38 (duzentos e noventa e um mil, cinquenta e dois reais e trinta e oito centavos), conforme notas de empenhos. O pagamento será efetuado mensalmente, até o dia 10 do mês subsequente, de acordo com a quilometragem constante no cronograma de execução dos serviços.

DA EXECUÇÃO FINANCEIRA: A despesa com a execução do presente contrato correrá a conta de Créditos Orçamentários consignados no Orçamento do Município pelas seguintes classificações orçamentárias; Projeto atividade: 12.361.0003.2009.0000, elemento de despesa nº 3.3.90.39.00 – ficha 121 Fonte de Recurso: Transporte Escolar/programa IR e VIR Lei de nº 4.426/2018

DA RATIFICAÇÃO: Ficam integralmente ratificadas todas as demais cláusulas do contato original que expressa ou implicitamente, não conflitem com as disposições deste termo. Obs.: Contrato assinado nos autos respectivo. O Contrato em sua íntegra encontra-se no portal; <http://www.altoparaíso.ro.gov.br/> e <http://www.diariomunicipal.com.br/arom/>, Código Identificador: BE1B1B6F, data de circulação 02/10/2026.

Alto Paraíso/RO, 30 De setembro de 2026.

JOÃO PAVAN
PREFEITO MUNICIPAL

JOMTI 2026 reúne 600 participantes em programação de esporte, lazer e integração em Porto Velho

A Vila Olímpica Chiquilito Erse foi tomada nesta quarta-feira (30) por energia, alegria e disposição durante a realização do JOMTI 2026 (Jogos Municipais da Terceira Idade). Cerca de 600 participantes, distribuídos em 16 delegações, participaram de uma programação que uniu esporte, lazer, convivência e atividades voltadas ao bem-estar da pessoa idosa.

Realizado pela Prefeitura de Porto Velho, por meio da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (Semtel), o JOMTI também integra a programação especial em comemoração aos 112 anos de Porto Velho, celebra-

dos no dia 2 de outu-
bro.

A programação começou com corrida e caminhada, seguida pela abertura oficial e pelo desfile das delegações. O público também participou de atividades como revezamento, dama, xadrez e dominó, além de palestra sobre autocuidado, aula de ritmos e momentos de confraternização.

“É muito gratificante ver a Vila Olímpica cheia de pessoas participando, se movimentando e, principalmente, convivendo. O JOMTI mostra que o esporte não tem idade e que proporcionar momentos como esse também é promo-

ver qualidade de vida e inclusão”, destacou o secretário executivo de Esporte e Lazer da Semtel, Rodrigo Campos.

Ao longo do dia, os participantes ainda tiveram lanche, karaokê, boliche, lance livre e chute ao gol, em uma programação pensada para contemplar diferentes interesses e estimular a participação ativa da terceira idade.

Para o prefeito Léo Moraes, a realização do JOMTI dentro da programação dos 112 anos reforça o compromisso de celebrar Porto Velho valorizando as pessoas que fazem parte da história da cidade.



Evento reuniu 16 delegações na Vila Olímpica Chiquilito Erse e integra as comemorações pelos 112 anos da capital.

“Comemorar os 112 anos de Porto Velho é também reconhecer quem ajudou a construir essa cidade. O JOMTI celebra a experiência, a vitalidade e a alegria da nossa população da terceira idade, mostrando que esporte, lazer e qualidade de vida devem estar presentes em todas as fases da vida”.

Mais do que uma

competição, o JOMTI proporciona um espaço de encontro e integração, incentivando a prática de atividades físicas e a convivência entre os participantes. A programação também reforça a importância de políticas públicas voltadas à terceira idade, com ações que estimulam uma vida ativa e participativa.

4ª Copa Três Corações promete movimentar Rolim de Moura com futebol society

Competição começa no dia 20 de outubro, no Campo do Raul, com três categorias e premiação de até R\$ 6 mil para o campeão da categoria Aberto.

Rolim de Moura se prepara para receber mais uma edição de uma das competições que movimentam o futebol society no município. A 4ª edição da Copa Três Corações terá início no dia 20 de outubro de 2026, no Campo do Raul, reunindo equipes em três categorias: Aberto, 40+ e 50+.

A competição
chega com uma pre-

 INÍCIO 20/10/2026  CAMPO DO RAUL	CATEGORIA ABERTO  INSCRIÇÃO R\$ 1.000,00  PRÊMIAÇÃO 1º LUGAR R\$ 6.000,00 2º LUGAR R\$ 3.000,00 3º LUGAR R\$ 1.000,00	CATEGORIA 40+  INSCRIÇÃO R\$ 1.000,00  PRÊMIAÇÃO 1º LUGAR R\$ 3.500,00 2º LUGAR R\$ 1.500,00 3º LUGAR R\$ 500,00	CATEGORIA 50+  INSCRIÇÃO R\$ 1.000,00  PRÊMIAÇÃO 1º LUGAR R\$ 3.500,00 2º LUGAR R\$ 1.500,00 3º LUGAR R\$ 500,00
--	---	--	--

miação atrativa para os participantes. Na categoria Aberto, o campeão receberá R\$ 6 mil, enquanto o segundo colocado ficará com R\$ 3 mil e o terceiro com R\$ 1 mil. Já nas categorias 40+ e 50+, o primeiro colocado receberá R\$ 3,5 mil, o segundo R\$

1,5 mil e o terceiro R\$ 500.

A inscrição é de R\$ 1 mil por equipe em todas as categorias. A expectativa é de que a competição reúna equipes e atletas de diferentes faixas etárias, fortalecendo a prática esportiva e proporcio-

nando momentos de integração e competitividade dentro de campo.

Com o início marcado para 20 de outubro, a Copa Três Corações promete levar novamente a emoção do futebol society ao Campo do Raul e mo-

vimentar o calendário
esportivo de Rolim de
Moura.

A competição chega à sua quarta edição com a expectativa de proporcionar grandes disputas e manter viva a tradição do futebol society no município.

ASSINE O JORNAL

DIÁRIO RO

Informação sem fake news

E RECEBA TODAS AS MANHÃS



ASSINATURA MENSAL:

R\$ 19,99

LIGUE OU CHAME

(69) 3224-2485

 www.diarioro.com.br

 

[/jornaldiarioro](https://www.instagram.com/jornaldiarioro)

CHAME NO WHATSAPP

(69) 98103-9995